

A evolução dos impostos nos países da OCDE, no período de 1990 a 2003: Comparação com Portugal

0 – Sumário e conclusões

1 - O peso das receitas fiscais totais no PIB

2 – O peso dos impostos sobre o rendimento e os lucros no PIB

3 – O peso dos impostos sobre bens e serviços no PIB

4 – A evolução dos impostos em Portugal (1995-2005)

4.1. Os impostos directos: o IRC e o IRS

4.2. Os impostos indirectos: IVA, ISP, IA, Tabaco, Álcool e Selo

Lisboa, Abril de 2006

0 – Sumário e conclusões

Procura-se comparar a situação de Portugal com os restantes países da OCDE e da União Europeia, no que respeita ao nível de fiscalidade (Receitas fiscais no PIB, em %).

Procura-se saber se o nível de fiscalidade em Portugal é dos mais elevados, ou se, pelo contrário, o nosso país ainda está aquém da média dos países da OCDE ou da União Europeia dos 15. Procura-se também saber se a importância crescente que a tributação indirecta tem no nosso país tem paralelo nos restantes países da OCDE e da U.E dos 15.

No ponto 1 é analisado o peso do total das receitas fiscais no PIB, tendo-se concluído que Portugal, apesar de na última década o esforço fiscal ter aumentado 8 pontos percentuais, o peso do total dos impostos no PIB está ainda aquém da média dos países da U.E. dos 15 e é ligeiramente superior à média dos países da OCDE: 37,1% em Portugal contra 40,5% na U.E. e 36,3% nos países da OCDE.

No ponto 2 destaca-se o facto de o peso da tributação directa (impostos sobre rendimentos e sobre lucros) ser bastante inferior em Portugal quando se compara com os países da OCDE e da U.E. Ainda que na última década, a tributação directa em Portugal tenha aumentado 1,5 pontos percentuais, de 7,5% para 9,1% do PIB, a verdade é que a média da U.E. é 13,7% e dos países da OCDE é de 12,6%.

No ponto 3 salienta-se que a tributação indirecta em Portugal assume 13,6% do PIB, sendo o correspondente valor de 12,2% para a média da U.E. e de 11,5% dos países da OCDE.

Salienta-se que estes dados referem-se ao período de 1990 a 2003 e, na verdade, a situação actual é ainda mais grave – em termos do enorme peso em Portugal da tributação indirecta - uma vez que os aumentos do IVA ocorridos em 2003 (de 17% para 19%) só parcialmente estão reflectidos nesse ano e em 2005 ocorreu um outro aumento no IVA, de 19% para 21%.

Utilizando os dados do Ministério das Finanças da execução orçamental foi possível construir uma série dos últimos 10 anos referente à evolução dos principais impostos, que consolida, actualiza e evidencia as conclusões anteriores. Destaque para a quebra do IRC: **entre 2000 e 2005, as receitas deste imposto baixam mais de 700 milhões de euros e para o agravamento do IVA: entre 1995 e 2005, as receitas deste imposto mais que duplicam, passando de 5 600 milhões de euros para cerca de 11 700 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 108% no período de 10 anos.**

Assim, os dados evidenciam que o nível de fiscalidade em Portugal é inferior aos dos países da U.E. dos 15 e que a **tributação indirecta, a mais injusta porque incide sobre o consumo e é cega ao rendimento, é bem mais grave em Portugal do que nos restantes países. Em contrapartida, em Portugal, o nível de fiscalidade sobre os rendimentos e sobre os lucros tem um menor significado no PIB do que na generalidade dos restantes países europeus ou dos países da OCDE.**

A evolução dos impostos nos países da OCDE (1990 a 2003)

1. O peso dos impostos totais no PIB

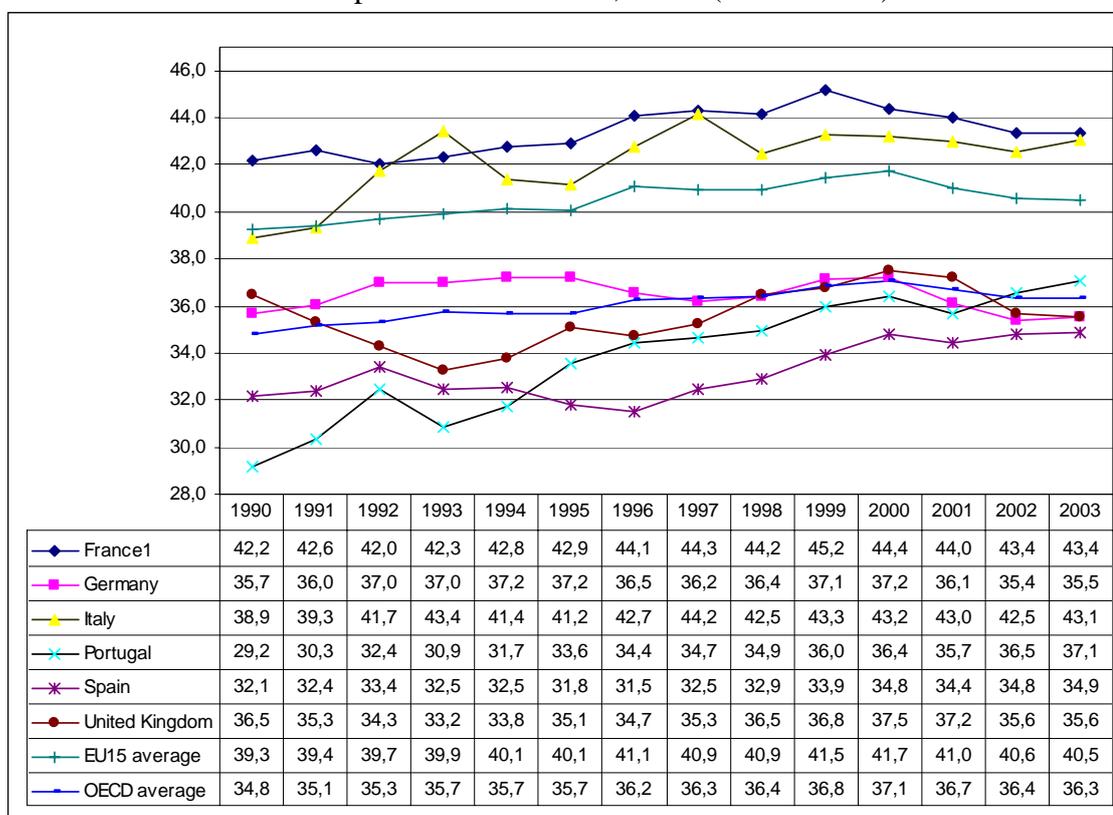
Entre 1990 e 2003, o nível de fiscalidade nos países da OCDE, medido em termos do peso dos impostos totais no PIB, passou de 34,8% para 36,3%. Na União Europeia dos 15, nesse mesmo período, o peso dos impostos totais no PIB passou de 39,3% para 40,5%.

Em Portugal, entre 1990 e 2003, o peso dos impostos totais no PIB passou de 29,2% para 37,1%.

Assim, entre 1990 e 2003, de acordo com os dados mais recentes da OCDE, Portugal apresentou um aumento do esforço fiscal muito mais elevado do que a média dos países da OCDE, ou do que a média dos países da U.E. dos 15. Enquanto em Portugal o peso dos impostos totais no PIB aumentou praticamente 8 pontos percentuais, na OCDE, em média, esse aumento foi de 1,5 pontos percentuais e na UE15, esse aumento foi de 1,2 pontos percentuais. (ver Anexo 1 - Impostos Totais)

Saliente-se que em 1990, apenas o Japão, a Coreia, o México, a Suíça e a Turquia e os Estados Unidos da América, apresentavam um esforço fiscal inferior ao de Portugal. Em 2003, vários outros países juntaram-se a este grupo e passaram a ter um esforço fiscal inferior ao de Portugal (Austrália, Alemanha, Grécia, Irlanda, Nova Zelândia, Polónia, Eslováquia, Espanha e Reino Unido).

Peso dos impostos totais no PIB, em % (1990 a 2003)



Fonte: OECD Factbook 2006: Economic and social Statistics

O gráfico anterior evidencia a comparação entre a evolução do esforço fiscal nos nossos principais parceiros comerciais (França, Alemanha, Itália, Espanha e Reino Unido), em Portugal e na média dos países da OCDE e da União Europeia dos 15. Assim, embora Portugal se tenha vindo a aproximar da média da União Europeia ainda continua, em 2003, cerca de 3,5 pontos percentuais abaixo dessa média.

Face aos nossos principais parceiros comerciais, constata-se que o esforço fiscal em Portugal é muito inferior em relação a alguns países (França e Itália, em que a diferença é da ordem dos 6 pontos percentuais) e muito semelhante aos restantes (ligeiramente maior em Portugal do que na Espanha, Alemanha e Reino Unido, entre 1,5 e 2,2 pontos percentuais).

Um aspecto que importa salientar é que a situação e a evolução dos impostos em Portugal apresenta especificidades ao nível da tributação directa e indirecta, sendo a carga fiscal neste último tipo de impostos relativamente mais importante no nosso país.

Esta situação ter-se ia agravado muito recentemente, com o aumento do IVA, em meados de 2003, dos 17% para os 19% e, em meados de 2005, dos 19% para os 21%, agravando ainda mais a injustiça fiscal para a população de baixos rendimentos¹.

Ainda que não existam dados discriminados entre os impostos sobre rendimentos e sobre os lucros faz sentido analisar, por um lado, a evolução do conjunto destes impostos (directos) e, por outro, a evolução dos impostos sobre bens e serviços (indirectos), em que a componente mais importante é o IVA.

2. O peso dos impostos sobre o rendimento e os lucros no PIB

Entre 1990 e 2003, o nível de tributação directa nos países da OCDE, medido em termos do peso deste tipo de impostos no PIB, passou de 13,3% para 12,6%.

Na União Europeia dos 15, nesse mesmo período, o peso da tributação directa no PIB passou de 13,8% para 13,7%.

Em Portugal, entre 1990 e 2003, o peso da tributação directa no PIB passou de 7,5% para 9,1%.

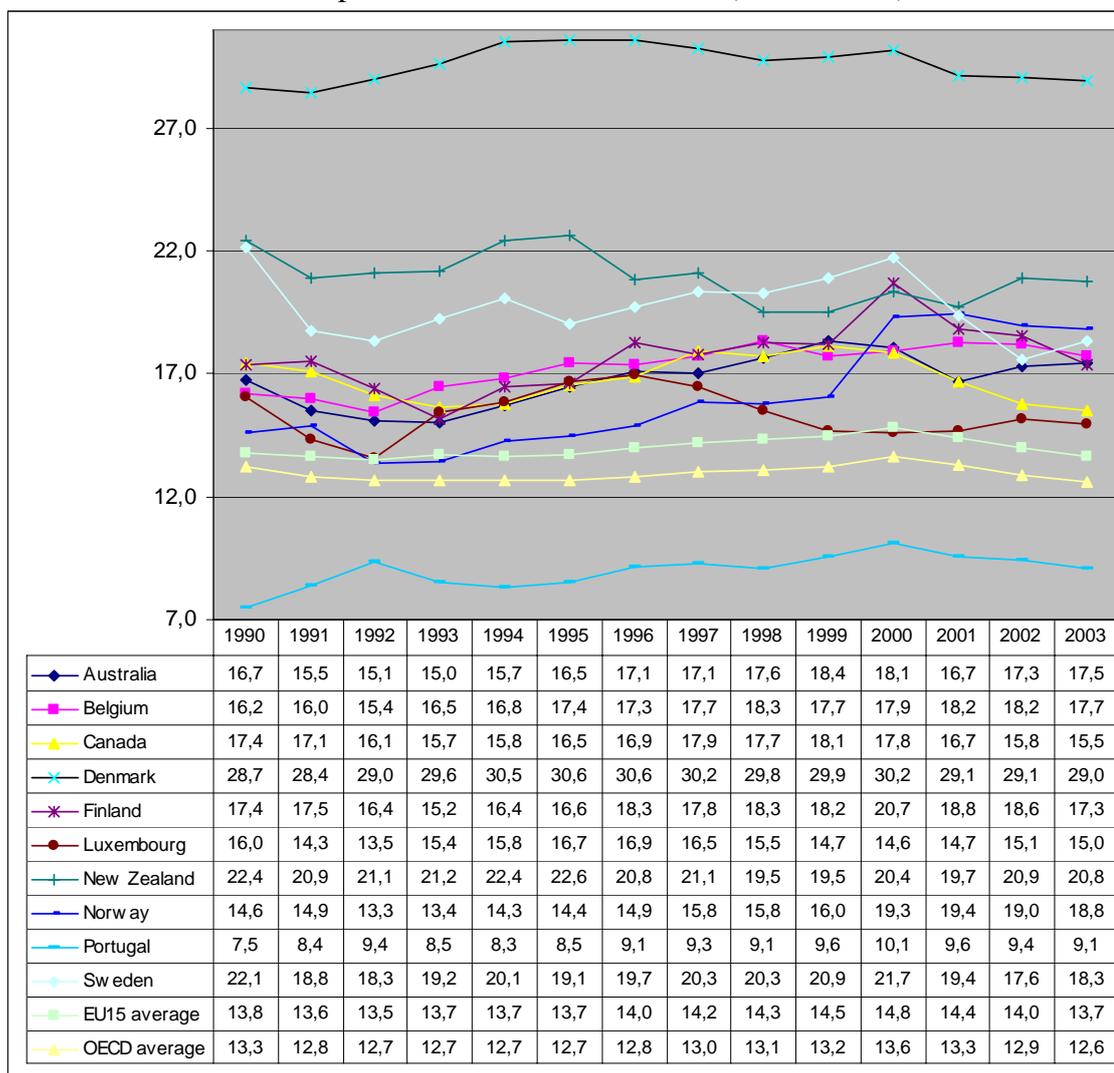
Assim, entre 1990 e 2003, enquanto que na a média dos países da OCDE (menos 0,7 pontos percentuais) ou na média dos países da U.E. dos 15 (menos 0,1 pontos percentuais), o peso da tributação directa praticamente não se alterou, verificando-se mesmo ligeiras alterações, em Portugal assiste-se a um aumento da tributação directa, ainda que ligeira, de 1,6 pontos percentuais do PIB. (ver Anexo 2 - Impostos sobre o rendimento e sobre os lucros)

¹ Estas alterações do IVA ainda não estão reflectidas nos dados, uma vez que o período em análise é entre 1990 e 2003.

Saliente-se que em 1990, apenas a França, a Grécia, a Coreia, o México e a Turquia, apresentavam um esforço fiscal inferior ao de Portugal. Em 2003, a este grupo de países² juntaram-se o Japão e a Polónia.

Ainda que no “Anexo 2 - Impostos sobre o rendimento e sobre os lucros” conste a evolução da tributação directa para todos os países, ilustra-se no gráfico seguinte a comparação de Portugal com a média dos países da OCDE, da U.E. dos 15 e com os países em que o peso deste tipo de impostos é igual ou maior de 15%. **Como se pode constatar, a tributação directa é muito mais elevada nos países mais desenvolvidos³ do que em Portugal.**

Peso dos impostos directos no PIB, em % (1990 a 2003)



Fonte: OECD Factbook 2006: Economic and social Statistics

² Excepto a França que viu o nível de tributação directa aumentar de 6,8% em 1990 para 10,1% do PIB em 2003.

³ Refira-se que a tributação directa representava em 2003, nos EUA 11,1% do PIB, no Reino Unido 13,0%, na Suíça 12,6%, na Holanda 10,5%, na Itália 13,9%, na Irlanda 13,1%, na Alemanha 10,7%, na França 10,2% e na Áustria 12,9%.

3. O peso dos impostos sobre os bens e serviços no PIB

Entre 1990 e 2003, o nível de tributação indirecta nos países da OCDE, medido em termos do peso deste tipo de impostos no PIB, passou de 10,8% para 11,5%.

Na União Europeia dos 15, nesse mesmo período, a tributação indirecta no PIB passou de 12,1% para 12,2%.

Em Portugal, entre 1990 e 2003, o peso da tributação indirecta no PIB passou de 12,8% para 13,6%.

Assim, entre 1990 e 2003, o peso da tributação indirecta no PIB aumentou, quer se considere a média dos países da OCDE (mais 0,7 pontos percentuais do PIB), a média dos países da U.E. dos 15 (mais 0,1 pontos percentuais do PIB). No entanto, **em Portugal, o aumento da tributação indirecta foi o mais significativo (mais 0,8 pontos percentuais do PIB), claramente acima dos valores da U.E. dos 15 e ligeiramente superior ao da média dos países da OCDE.**

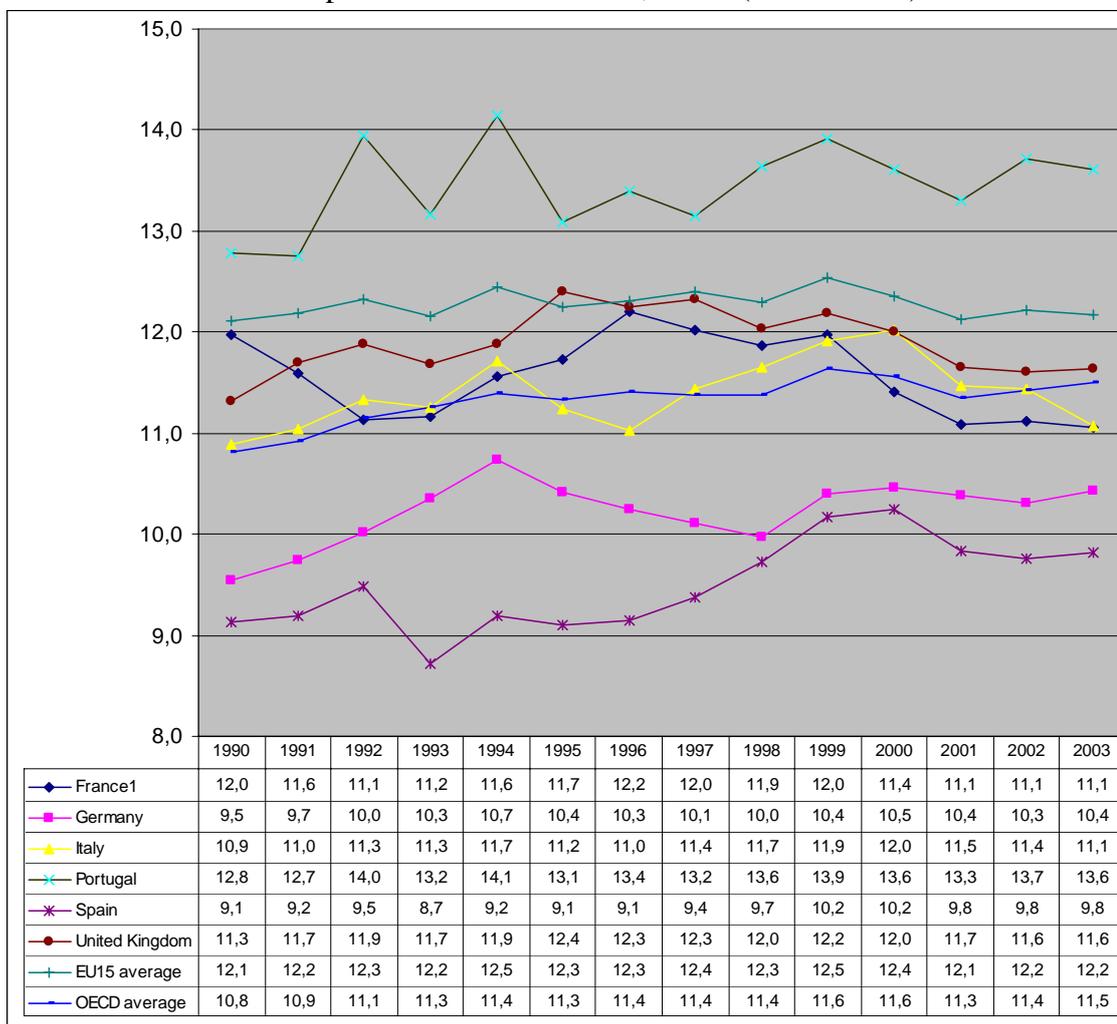
No âmbito da tributação indirecta salientem-se os seguintes aspectos. Em primeiro lugar, em 1990, fruto da introdução do IVA nos finais dos anos 80, Portugal era um dos países da OCDE em que o peso da tributação indirecta no PIB era dos mais importantes, situação que se manteve ao longo dos últimos anos⁴ (ver “Anexo 3 – Impostos sobre bens e serviços”). Em segundo lugar, a situação em Portugal, em 2006, será ainda bem mais grave, em virtude dos recentes aumentos ocorridos na tributação indirecta (sobretudo no IVA em 2003, de 17 para 19% e em 2005, de 19 para 21%).

Ainda assim, no gráfico seguinte, apresenta-se a evolução dos impostos sobre bens e serviços, entre 1990 e 2003, para a média dos países da OCDE, da U.E. dos 15 e dos principais parceiros comerciais de Portugal.

Finalmente, no ponto seguinte, recorrendo aos dados de execução orçamental dos últimos anos, desenvolvem-se alguns aspectos no sentido de esclarecer, por um lado, a diferente evolução das principais componentes da tributação directa (IRC e IRS) e, por outro lado, o agravamento do peso da tributação indirecta – a mais injusta, porque cega aos rendimentos – no conjunto das receitas fiscais do país.

⁴ Em 2003, apenas a Finlândia, Hungria, Turquia, Islândia e Dinamarca apresentavam valores relativos da tributação indirecta superiores ao de Portugal; em 1990, para além da Finlândia e da Dinamarca, os países que estavam com um nível de tributação indirecta superior ao de Portugal eram a Grécia, a Islândia, a Irlanda, a Noruega e a Suécia.

Peso dos impostos indirectos no PIB, em % (1990 a 2003)



Fonte: OECD Factbook 2006: Economic and social Statistics

4. A evolução dos impostos em Portugal

Com base nos Boletins Mensais de Execução Orçamental⁵, do Ministério das Finanças (Dezembro de cada ano, de 1995 a 2005), procura-se analisar a evolução dos principais impostos em Portugal⁶.

⁵ Boletins de Dezembro de cada ano, de execução consolidada, sendo o valor de 2005 de execução provisória.

⁶ Todos os valores são expressos a preços correntes e a unidade é em milhões de euros, sendo considerado o valor do euro de 200,482 escudos para os anos anteriores a 2001.

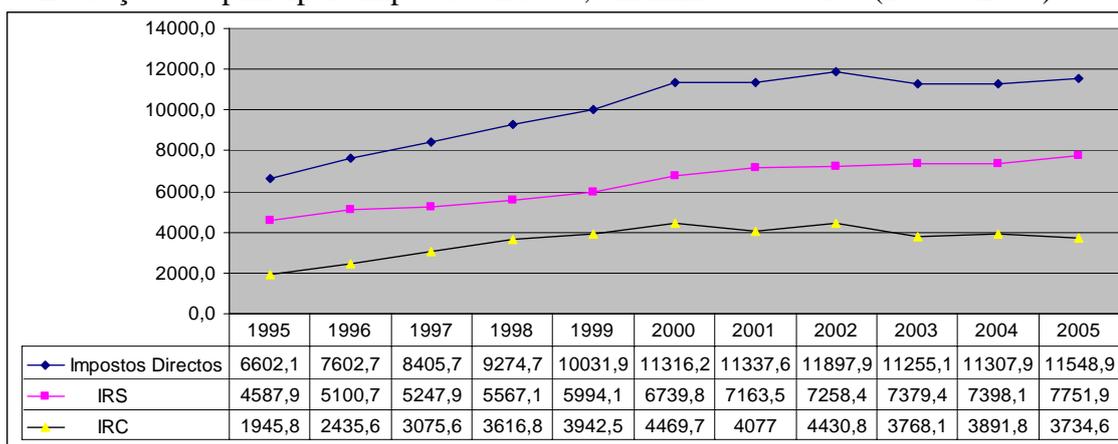
4.1. A evolução da tributação directa: IRC e IRC

O gráfico seguinte ilustra a evolução do IRS e do IRC no período de 1995 a 2005. Como se pode constatar, **os impostos directos aumentam significativamente entre 1995 e 2000, atingindo o seu máximo em 2002 (cerca de 11 900 milhões de euros), e regridem ligeiramente a partir deste ano, situando-se à volta dos 11 300 a 11 500 milhões de euros. Note-se que a subida do IRC até 2002 esteve relacionada com as medidas de introdução da colecta mínima, que a CGTP-IN apoiou, e que o PSD sob o lema “colecta mínima pena máxima” pressionou no sentido de minimizar os seus efeitos.**

Esta evolução está fortemente influenciada pelo IRC que atinge o seu máximo em 2000 (4 470 milhões de euros), regredindo para valores sempre inferiores nos anos seguintes. No ano de 2005, o IRC era da ordem dos 3 735 milhões de euros, ou seja menos 735 milhões de euros do que no ano 2000.

No período de 1995 a 2005, o IRS apresentou sempre valores crescentes todos os anos.

Evolução dos principais impostos directos, em milhões de euros (1995 a 2005)



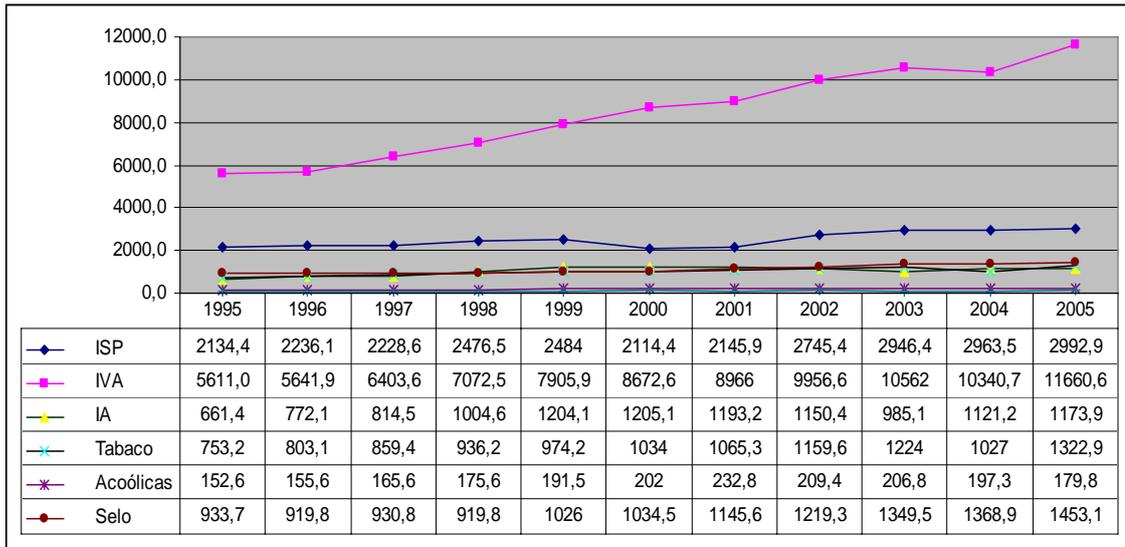
Fonte: Boletins Mensais de Execução Orçamental do Ministério das Finanças, Dezembro de cada ano

4.2. A evolução da tributação indirecta: IVA e outros

No que respeita à evolução dos impostos indirectos, pela sua importância no conjunto da tributação indirecta, saliente-se a subida continuada do IVA que, em 1995 apresentava um valor da ordem dos 5 600 milhões de euros e, em 2005, um valor da ordem dos 11 700 milhões de euros, ou seja, mais de duas vezes superior ao correspondente valor de 10 anos antes.

Ainda que de menor importância, regista-se também a evolução do imposto sobre os produtos petrolíferos, que naquele período aumentou 40% (de 2 134 milhões de euros em 1995 para 2 923 milhões de euros em 2005).

Evolução dos principais impostos indirectos, em milhões de euros (1995 a 2005)

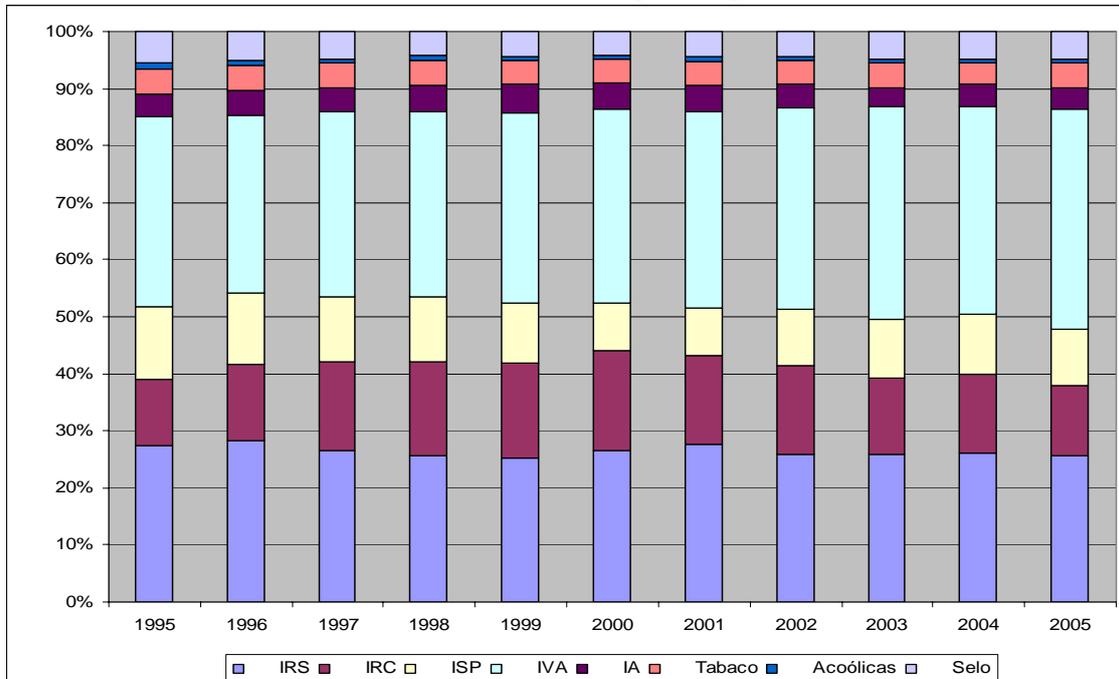


Fonte: Boletins Mensais de Execução Orçamental do Ministério das Finanças, Dezembro de cada ano

4.3. A evolução dos principais impostos em Portugal (1995-2005)

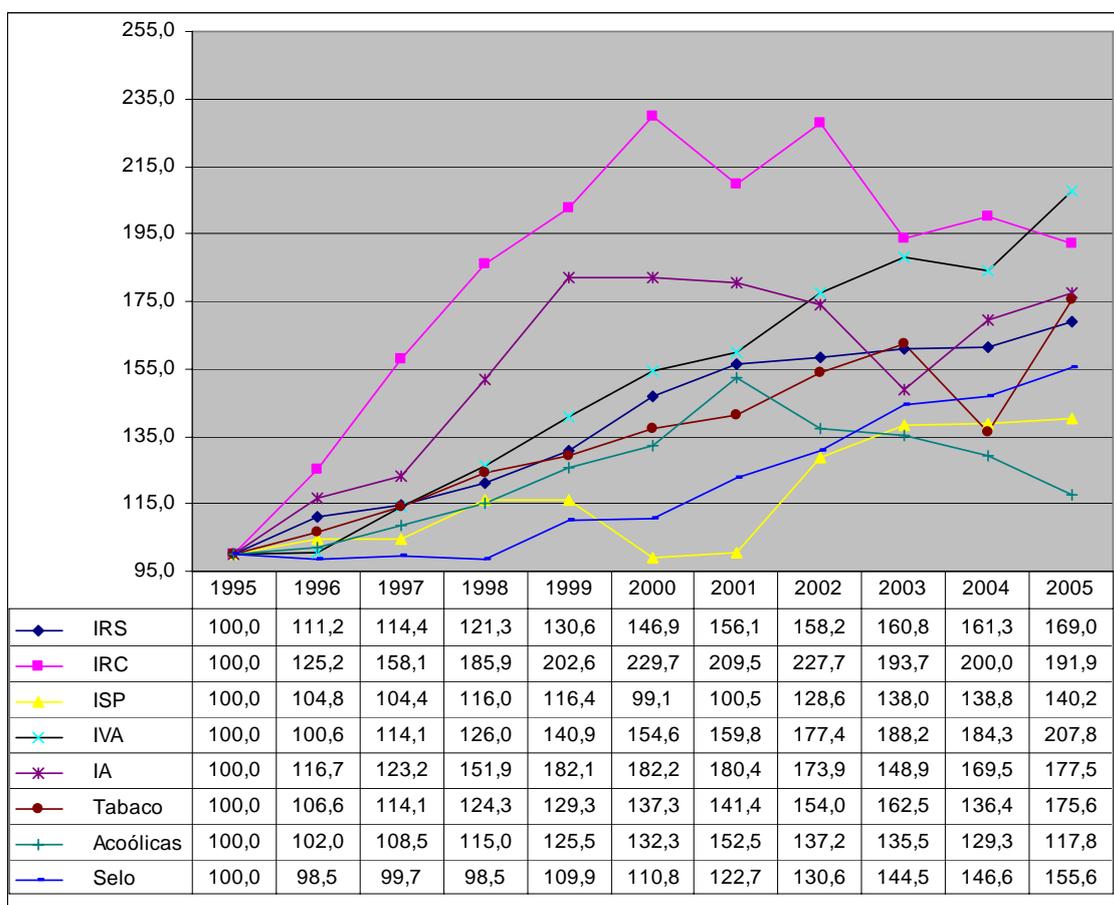
Para consolidar as ideias já referidas apresenta-se a evolução da estrutura das receitas fiscais em Portugal, ou seja, a repartição percentual pelos principais impostos. Destaca-se o peso crescente do IVA ao longo dos últimos anos e, de certo modo, alguma regressão dos impostos directos.

Estrutura das Receitas Fiscais: Principais Impostos (1995-2005)



Fonte: Boletins Mensais de Execução Orçamental do Ministério das Finanças, Dezembro de cada ano

Por outro lado, o gráfico seguinte evidencia a evolução dos principais impostos ao longo do período 1995 a 2005, tomando como base o valor de 1995. Destaca-se a evolução mais significativa do IVA.



Fonte: Boletins Mensais de Execução Orçamental do Ministério das Finanças, Dezembro de cada ano

Por comparação dos valores dos vários impostos assumidos em 1995 e 2005, pode concluir-se o seguinte:

- Entre 1995 e 2005, o IVA aumentou cerca de 108%;
- Entre 1995 e 2005, o IRC aumentou 92%;
- Entre 1995 e 2005, o Imposto sobre automóveis (IA) e o Imposto sobre o Tabaco aumentaram 78% e 76%, respectivamente;
- Entre 1995 e 2005, o IRS aumentou 69%;
- Entre 1995 e 2005, o Imposto de Selo aumentou 56%.
- Entre 1995 e 2005, o Imposto sobre bebidas alcoólicas aumentou 18%.

ANEXO 1 – IMPOSTOS TOTAIS (em % do PIB)

OECD Factbook 2006: Economic, Environmental and Social Statistics - ISBN 92-64-03561-3 - © OECD 2006

Public finance - taxes - total tax revenue

Total tax revenue

As a percentage of GDP

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Australia	29,3	27,7	27,2	27,8	28,9	29,8	30,4	30,2	30,9	31,6	32,1	30,5	31,4	31,6
Austria	39,6	40,0	41,4	41,9	41,7	41,1	42,4	43,9	43,9	43,5	42,6	44,6	43,6	43,1
Belgium	43,2	43,4	43,0	44,5	44,8	44,8	45,0	45,4	46,2	45,7	45,7	45,8	46,2	45,4
Canada	35,9	36,4	36,0	35,4	35,2	35,6	35,9	36,7	36,7	36,4	35,6	34,9	34,0	33,8
Czech Republic	40,4	38,9	37,5	36,5	36,9	35,5	36,5	36,0	36,2	37,0	37,7
Denmark	47,7	47,1	47,6	48,6	49,5	49,5	49,8	49,6	49,8	50,5	50,1	49,1	48,7	48,3
Finland	44,3	46,0	45,5	44,9	47,0	46,0	47,3	46,5	46,4	46,8	48,0	46,0	45,8	44,8
France ¹	42,2	42,6	42,0	42,3	42,8	42,9	44,1	44,3	44,2	45,2	44,4	44,0	43,4	43,4
Germany	35,7	36,0	37,0	37,0	37,2	37,2	36,5	36,2	36,4	37,1	37,2	36,1	35,4	35,5
Greece	29,3	29,4	30,4	30,9	31,2	32,4	40,2	34,0	35,9	36,9	38,2	36,6	37,1	35,7
Hungary	..	45,9	45,7	46,5	44,0	42,4	40,7	39,0	38,8	39,1	39,0	39,0	38,8	38,5
Iceland	31,8	32,1	33,0	31,9	31,5	32,1	33,3	33,2	36,7	39,5	39,4	37,7	38,5	39,8
Ireland	33,5	34,1	34,4	34,4	35,5	32,8	32,9	32,2	31,7	31,9	32,2	30,0	28,7	29,7
Italy	38,9	39,3	41,7	43,4	41,4	41,2	42,7	44,2	42,5	43,3	43,2	43,0	42,5	43,1
Japan	29,1	28,7	27,0	27,0	26,0	26,7	26,5	26,8	26,3	25,8	26,5	26,8	25,8	25,3
Korea	18,9	18,5	18,5	19,0	19,4	19,4	20,0	21,0	21,1	21,5	23,6	24,1	24,4	25,3
Luxembourg	40,8	39,1	39,6	41,9	42,0	42,3	42,6	41,7	40,3	40,7	40,6	40,8	41,3	41,3
Mexico	17,3	17,3	17,6	17,7	17,2	16,7	16,7	17,5	16,6	17,3	18,5	18,8	18,1	19,0
Netherlands	42,9	45,3	45,1	45,4	43,4	41,9	41,6	41,9	40,0	41,4	41,2	39,8	39,2	38,8
New Zealand	37,7	35,9	36,2	36,2	36,8	36,9	35,0	35,3	33,7	33,7	33,9	33,3	35,0	34,9
Norway	41,5	41,4	40,7	39,8	41,0	41,1	41,1	41,8	42,7	43,0	43,2	43,4	43,8	43,4
Poland	..	34,8	35,7	39,7	37,8	37,0	36,8	36,0	35,3	33,0	32,5	34,4	34,7	34,2
Portugal	29,2	30,3	32,4	30,9	31,7	33,6	34,4	34,7	34,9	36,0	36,4	35,7	36,5	37,1
Slovak Republic	38,3	35,9	34,3	32,9	33,0	31,1
Spain	32,1	32,4	33,4	32,5	32,5	31,8	31,5	32,5	32,9	33,9	34,8	34,4	34,8	34,9
Sweden	53,2	50,7	48,1	46,9	47,3	48,5	50,4	51,7	52,1	52,4	53,9	51,8	50,1	50,6
Switzerland	26,0	25,7	26,2	26,7	27,2	27,8	28,3	27,9	28,9	29,1	30,5	30,1	30,1	29,5
Turkey	20,0	21,0	22,4	22,7	22,2	22,6	25,4	27,9	28,4	31,3	32,3	35,1	31,1	32,8
United Kingdom	36,5	35,3	34,3	33,2	33,8	35,1	34,7	35,3	36,5	36,8	37,5	37,2	35,6	35,6
United States	27,3	27,1	26,9	27,1	27,5	27,9	28,3	28,7	29,3	29,4	29,9	28,8	26,3	25,6
EU15 average (Média da E.U.15)	39,3	39,4	39,7	39,9	40,1	40,1	41,1	40,9	40,9	41,5	41,7	41,0	40,6	40,5
OECD average (Média da OCDE)	34,8	35,1	35,3	35,7	35,7	35,7	36,2	36,3	36,4	36,8	37,1	36,7	36,4	36,3

1. From 1992, the total tax revenues have been reduced by the amount of the capital transfer.

ANEXO 2 – IMPOSTOS SOBRE OS RENDIMENTOS E OS LUCROS (em % do PIB)

OECD Factbook 2006: Economic, Environmental and Social Statistics - ISBN 92-64-03561-3 - © OECD 2006

Public finance - taxes - total tax revenue

Taxes on income and profits

As a percentage of GDP

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Australia	16,7	15,5	15,1	15,0	15,7	16,5	17,1	17,1	17,6	18,4	18,1	16,7	17,3	17,5
Austria	10,1	10,6	11,1	11,3	10,3	10,9	11,9	12,7	12,9	12,5	12,2	14,0	12,9	12,8
Belgium	16,2	16,0	15,4	16,5	16,8	17,4	17,3	17,7	18,3	17,7	17,9	18,2	18,2	17,7
Canada	17,4	17,1	16,1	15,7	15,8	16,5	16,9	17,9	17,7	18,1	17,8	16,7	15,8	15,5
Czech Republic	10,3	9,7	9,4	8,2	8,8	8,2	8,4	8,2	8,7	9,1	9,6
Denmark	28,7	28,4	29,0	29,6	30,5	30,6	30,6	30,2	29,8	29,9	30,2	29,1	29,1	29,0
Finland	17,4	17,5	16,4	15,2	16,4	16,6	18,3	17,8	18,3	18,2	20,7	18,8	18,6	17,3
France ¹	6,8	7,2	6,7	6,9	7,0	7,0	7,4	8,1	10,2	10,8	11,1	11,2	10,4	10,1
Germany	11,6	11,5	11,9	11,4	11,0	11,3	10,5	10,2	10,7	11,1	11,2	10,4	9,9	9,7
Greece	5,8	5,9	5,7	5,9	6,8	7,2	7,1	7,6	9,1	9,5	10,4	9,0	8,9	8,3
Hungary	..	12,7	10,0	9,6	9,2	8,9	9,0	8,5	8,7	9,1	9,5	10,0	10,2	9,5
Iceland	9,4	9,4	9,8	10,4	10,5	11,0	11,6	11,9	13,9	15,4	15,9	16,5	16,8	17,6
Ireland	12,3	13,0	13,4	13,8	14,3	12,8	13,4	13,3	13,1	13,3	13,4	12,4	11,3	11,7
Italy	14,2	14,2	15,7	16,0	14,4	14,5	14,8	15,6	13,9	14,7	14,3	14,7	13,8	13,3
Japan	14,6	14,0	12,0	11,5	10,2	10,2	10,1	9,9	8,9	8,3	9,2	9,0	7,9	7,7
Korea	6,5	5,8	5,8	5,7	5,9	6,2	6,0	5,5	6,4	5,3	6,8	6,4	6,2	7,1
Luxembourg	16,0	14,3	13,5	15,4	15,8	16,7	16,9	16,5	15,5	14,7	14,6	14,7	15,1	15,0
Mexico	4,7	4,7	5,2	5,5	5,2	4,1	4,0	4,6	4,7	5,0	5,0	5,2	5,2	5,0
Netherlands	13,8	15,1	14,1	14,8	12,1	11,1	11,2	10,9	10,5	10,6	10,4	10,5	10,6	9,9
New Zealand	22,4	20,9	21,1	21,2	22,4	22,6	20,8	21,1	19,5	19,5	20,4	19,7	20,9	20,8
Norway	14,6	14,9	13,3	13,4	14,3	14,4	14,9	15,8	15,8	16,0	19,3	19,4	19,0	18,8
Poland	..	7,8	11,5	12,6	11,6	11,3	10,9	10,6	10,4	10,1	9,9	9,7	9,7	6,2
Portugal	7,5	8,4	9,4	8,5	8,3	8,5	9,1	9,3	9,1	9,6	10,1	9,6	9,4	9,1
Slovak Republic	9,8	8,8	7,3	7,2	7,0	6,9
Spain	9,8	10,1	10,0	9,7	9,2	9,3	9,1	9,7	9,3	9,6	9,8	9,7	10,1	9,8
Sweden	22,1	18,8	18,3	19,2	20,1	19,1	19,7	20,3	20,3	20,9	21,7	19,4	17,6	18,3
Switzerland	12,1	11,9	12,4	12,0	12,5	12,0	12,4	12,0	12,6	12,2	13,4	12,7	13,0	12,6
Turkey	6,7	7,3	7,3	7,3	6,6	6,4	6,7	7,6	9,4	9,8	9,5	10,1	7,7	7,8
United Kingdom	14,3	13,1	12,3	11,6	12,0	12,8	12,7	13,0	14,2	14,2	14,6	14,8	13,5	13,0
United States	12,6	11,9	11,8	12,1	12,3	12,8	13,5	14,0	14,4	14,6	15,1	14,1	11,6	11,1
EU15 average (Média da E.U.15)	13,8	13,6	13,5	13,7	13,7	13,7	14,0	14,2	14,3	14,5	14,8	14,4	14,0	13,7
OECD average (Média da OCDE)	13,3	12,8	12,7	12,7	12,7	12,7	12,8	13,0	13,1	13,2	13,6	13,3	12,9	12,6

1. From 1992, the total tax revenues have been reduced by the amount of capital transfer. The capital transfer has been allocated between tax headings in proportion to the report tax revenue.

ANEXO 3 – IMPOSTOS SOBRE OS BENS E SERVIÇOS (em % do PIB)

OECD Factbook 2006: Economic, Environmental and Social Statistics - ISBN 92-64-03561-3 - © OECD 2006

Public finance - taxes - total tax revenue

Taxes on goods and services

As a percentage of GDP

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Australia	8,1	7,7	7,7	8,2	8,5	8,6	8,5	8,3	8,5	8,3	9,2	9,2	9,5	9,4
Austria	12,5	12,3	12,5	12,3	12,9	11,5	11,9	12,3	12,3	12,4	12,0	12,1	12,3	12,1
Belgium	11,5	11,4	11,4	11,5	11,8	11,6	11,8	12,0	11,3	11,7	11,6	11,2	11,4	11,2
Canada	9,3	9,4	9,5	9,4	9,2	9,0	9,0	9,0	9,1	8,8	8,6	8,8	8,9	8,8
Czech Republic	13,5	13,0	12,1	12,0	11,4	11,0	11,7	11,4	11,0	11,0	11,2
Denmark	15,8	15,6	15,3	15,3	15,8	15,9	16,3	16,3	16,6	16,7	16,1	16,1	16,3	16,0
Finland	14,4	14,6	14,4	14,2	14,4	13,9	14,0	14,6	14,2	14,5	13,9	13,6	13,8	14,3
France ¹	12,0	11,6	11,1	11,2	11,6	11,7	12,2	12,0	11,9	12,0	11,4	11,1	11,1	11,1
Germany	9,5	9,7	10,0	10,3	10,7	10,4	10,3	10,1	10,0	10,4	10,5	10,4	10,3	10,4
Greece	13,1	13,6	14,6	14,1	13,5	13,4	13,6	13,8	13,4	13,7	13,5	13,9	13,7	12,8
Hungary	..	15,2	16,4	17,3	16,3	17,2	16,6	15,3	15,1	15,8	15,8	15,1	14,6	15,2
Iceland	16,3	16,4	16,4	15,9	15,4	15,6	16,1	15,7	17,4	18,5	17,6	15,5	15,7	16,3
Ireland	14,2	13,9	13,8	13,2	13,9	13,4	13,2	12,8	12,4	12,4	12,4	11,2	11,3	11,4
Italy	10,9	11,0	11,3	11,3	11,7	11,2	11,0	11,4	11,7	11,9	12,0	11,5	11,4	11,1
Japan	4,0	4,0	4,0	4,1	4,2	4,2	4,2	4,6	5,2	5,3	5,1	5,2	5,2	5,1
Korea	8,8	8,2	8,4	8,3	8,4	8,4	8,8	9,0	8,0	8,6	9,0	9,5	9,5	9,4
Luxembourg	10,1	10,6	11,1	11,6	11,7	11,3	10,8	11,0	10,7	11,1	11,1	10,8	11,3	11,6
Mexico	9,6	9,3	8,9	8,3	8,1	9,0	9,3	9,4	8,3	8,6	9,8	9,7	8,9	10,0
Netherlands	11,3	11,5	11,6	11,2	11,4	11,4	11,8	11,6	11,6	12,1	12,0	12,3	12,1	12,3
New Zealand	12,6	12,7	12,9	13,0	12,4	12,3	12,3	12,3	12,2	12,2	11,8	11,9	12,3	12,3
Norway	14,8	14,5	15,2	15,3	15,8	15,9	15,6	15,5	16,0	15,7	13,9	13,7	13,8	13,5
Poland	..	9,1	10,8	13,6	13,5	13,0	13,2	12,3	12,1	12,4	11,8	11,5	12,1	12,2
Portugal	12,8	12,7	14,0	13,2	14,1	13,1	13,4	13,2	13,6	13,9	13,6	13,3	13,7	13,6
Slovak Republic	12,9	12,7	12,4	11,5	11,8	11,2
Spain	9,1	9,2	9,5	8,7	9,2	9,1	9,1	9,4	9,7	10,2	10,2	9,8	9,8	9,8
Sweden	13,3	13,4	12,5	12,8	12,2	13,5	13,0	13,1	13,0	13,0	13,1	13,1	13,2	13,3
Switzerland	5,5	5,4	5,2	5,3	5,3	6,1	6,0	6,0	6,2	6,7	6,8	7,0	6,8	6,9
Turkey	5,6	6,1	6,7	7,2	8,3	8,5	9,7	10,3	10,2	11,2	13,6	14,1	14,6	16,2
United Kingdom	11,3	11,7	11,9	11,7	11,9	12,4	12,3	12,3	12,0	12,2	12,0	11,7	11,6	11,6
United States	4,8	4,9	4,9	5,0	5,1	5,0	4,9	4,9	4,9	4,8	4,8	4,7	4,7	4,6
EU15 average (Média da E.U.15)	12,1	12,2	12,3	12,2	12,5	12,3	12,3	12,4	12,3	12,5	12,4	12,1	12,2	12,2
OECD average (Média da OCDE)	10,8	10,9	11,1	11,3	11,4	11,3	11,4	11,4	11,4	11,6	11,6	11,3	11,4	11,5

1. From 1992, the total tax revenues have been reduced by the amount of capital transfer. The capital transfer has been allocated between tax headings in proportion to the report tax revenue.